

PROPOSTA DE SIGLAS OFICIAIS PARA MUNICÍPIOS: UM GEOCÓDIGO DE TRÊS LETRAS MNEMÔNICAS

MARCO AURELIO PAINELLI MARSITCH¹, PETER DE PADUA KRAUSS²

¹Instituto AddressForAll – marco.marsitch@alumni.usp.br ²Instituto AddressForAll – peter@addressforall.org

INTRODUCÃO

As pessoas normalmente utilizam siglas para encurtar nomes ou códigos, tanto em substituição aos seus respectivos nomes geradores, como em nomes pessoais, para encurtar digitações, em comunicação oral ou escrita, entre outras funções. Estas siglas - quando representantes de entidades geográficas - são denominadas geocódigos, podendo ser compostos de números, letras, caracteres especiais ou a combinação destes. Contudo, para a geração de siglas mnemônicas, a adoção de somente letras é uma vantagem à identificação humana para com os objetos do mundo físico. Para os municípios do Brasil - objeto deste estudo -, já existe o geocódigo numérico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de sete posições; todavia, é um código pouco popular, pois é de difícil memorização, sendo utilizado principalmente para dados e sistemas computacionais, estando longe de aplicações do dia a dia das pessoas. Há também siglas de três letras elaboradas pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), mas que também não são claramente mnemônicas e são desconhecidas pela população.

OBJETIVOS

A principal motivação da proposta é a geração de siglas de três letras mnemônicas cuja principal vantagem é sua adoção tanto humana quanto computacional, provocando uma possível assunção popular e oficial para a identificação de todos os municípios do Brasil. A aplicação prática pode ser feita em documentos oficiais, em cadastros, envio de correspondências, logística, em sistemas computacionais, nas padronizações internacionais ou em outras diversas possíveis aplicações.

MATERIAL E MÉTODOS

O insumo mais importante é a base do DTB - Divisão Territorial Brasileira - do IBGE que traz os nomes dos 5.568 municípios, o distrito estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal. Como elementos auxiliares, estão fontes como a UN/LOCODE - *Code for Trade and Transport Locations* das Nações Unidas e algumas outras fontes locais no Brasil.

A fim de construir uma base de dados que cobrisse todas as possibilidades combinatórias, foram consideradas as 26 letras do alfabeto português vigente e as três posições combinadas, havendo portanto 17.576 possíveis siglas. Em seguida, obteve-se das fontes supracitadas os dados correspondentes aos municípios e siglas já existentes.

Depois de obtidos os dados, em paralelo foram feitos tratamentos nos nomes dos municípios como remoção de preposições e elisões e também substituição de diacríticos e hífens. Em seguida, os nomes já tratados foram separados por suas palavras, gerando-se então partes analisáveis de cada nome, objetivando estudar possíveis abreviações de alguns termos e/ou uso de suas iniciais, baseados em suas características toponímicas, principalmente históricas e etimológicas.

Após as etapas anteriores, foram elaboradas regras de construção das siglas a fim de marcar as bases existentes com cada regra possível, buscando-se a criação de mais de uma possibilidade para cada município. Cada regra possui um peso, uma nota, que foi atribuída subjetivamente, e que ao final compõe um escore. Um dos pesos, por exemplo, foi a consideração de questões acrônimas e fonéticas.

Por fim, a aplicação de métodos matemáticos combinados à geração de escores de qualidade e aplicação de métodos de apoio multicritério à decisão, buscou classificar os resultados e, em alguns casos, deduplicar os possíveis empates.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade de geração das siglas de três letras têm a limitação de estar necessariamente dentro de sua UF - Unidade Federativa. Esta característica é importante pois três letras geram combinações que podem levar à combinações não mnemônicas, como haver letras que sequer estão nos nomes dos municípios; o impeditivo não é a combinação em si, mas a busca da memorização e associação rápida ao nome do município. Em alguns casos, por exemplo, necessitou-se isolar os municípios cujos nomes já tinham três letras, fazendo-se então com que o uso destas fossem suas respectivas siglas naturalmente mnemônicas; em outros casos, arbitrariamente, foi necessário eliminar possíveis termos chulos ou que potencialmente poderiam gerar constrangimento a alguém ou a algum grupo social. Baseada na taxonomia toponímica observada em DICK (1980)^[1], a quantidade de alguns topônimos no Brasil mostra as questões de colonização, religiosidade e poder historicamente constituídos - que devem ser considerados.

Tabela 1 – Principais termos iniciais encontrados nos nomes dos municípios

Termo Inicial	Frequência	Taxonomia	Abreviação
São	1.853	Hierotopônimo	S
Santa	344	Hierotopônimo	S
Nova	149	Cronotopônimo	N
Rio	104	Hidrotopônimo	R
Santo	62	Hierotopônimo	S

Fonte: Os autores (2023).

Alguns municípios - mesmo que tendo combinações classificadas com menor qualidade - utilizam de forma mnemônica suas respectivas siglas como produto, como o turístico, por exemplo, dada a sua popularização fora de seus territórios. Portanto, uma junção de fatores deve ser considerada na escolha, não somente as matemáticas ou as linguísticas, mas também como a população ou quem está à frente da gestão municipal enxerga o este lugar, focando principalmente esta questão mnemônica. Este trabalho busca embasar justamente estas escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores defendem a necessidade de adoção das siglas de três letras mnemônicas para uso cotidiano das pessoas concomitantemente ao uso formal por empresas e órgãos governamentais. A questão mnemônica pode parecer demorada no começo, mas paulatinamente não demora-se muito para que seja usada. Outras siglas já passaram pelas mesmos obstáculos, como siglas de universidades, de empresas, de marcas de objetos, entre outros; a linguagem humana e o idioma falado e/ou escrito é vivo e passa por adaptações constantemente.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à organização do evento pela oportunidade de exposição do tema e também aos colegas do Instituto AddressForAll que colaboram diariamente com o objetivo de democratização dos dados.

[1] DICK, M. V. P. A. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxeonômicos. Tese de Doutoramento. FFLCH-USP, 1980.

